

Pelo presente instrumento particular de contrato de prestação de serviços de consultoria tributária, de um lado, **AUTO POSTO MONACO LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, regularmente inscrita no CNPJ sob o nº 05.659.692/0001-06, sediada à Rua Piauí, nº 490, Bucarein, na cidade de Joinville/SC, CEP 89.202-210. Denominada simplesmente **CONTRATANTE**, e de outro lado, **TRIBUTO JUSTO - WHP - CONSULTORIA TRIBUTÁRIA E EMPRESARIAL - EIRELI** empresa de tecnologia em sistemas de programação, com CNPJ nº 30.317.269/0001-67, com sede na Rua Manoel Correia De Freitas, 406, Bairro Jardim Social, Cidade de Curitiba, Estado do Paraná - CEP 82.520-080, doravante denominado simplesmente **CONTRATADO**, tem, entre si, como justo e contratado, o que se segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA

1. Tendo em vista as orientações estabelecidas pela Instrução Normativa nº 1717/2017 e 1810/2018, da Receita Federal do Brasil (RFB) e a jurisprudência do poder judiciário e do Conselho administrativo de recursos fiscais (CARF), o **CONTRATANTE** contrata o **CONTRATADO**, a fim de que este segundo, auxilie-lhe na recuperação administrativa e judicial de créditos de INSS Patronal decorrentes de pagamentos indevidos realizados à título de tributos incidentes sobre verbas indenizatórias e não contributivas da folha de pagamento.

CLÁUSULA SEGUNDA: DO OBJETO

2.1 Constitui objeto do presente contrato a prestação de serviços técnicos especializados de consultoria e assessoria tributária e administrativa na execução dos serviços, consistentes em:

1 - Análise, levantamento de dados e documentos para apuração e recuperação de pagamentos efetuados indevidamente junto a "RFB - Receita Federal do Brasil, referente ao INSS" a título de "Contribuição Previdenciária Patronal, visando diminuir e/ou isentar, quando legal, a carga tributária incidente sobre as seguintes exações, conforme já esclarecido em parecer técnico apresentado:

NÍVEL 1 - terço constitucional de férias, aviso prévio indenizado, auxílio-doença e auxílio acidentário (15 dias afastamento), salário-família, e demais "verbas indenizatórias/compensatórias" e reflexos, constantes do art. 22, inc. I e II, com a consequente readequação ao art. 28 da Lei nº 8.212/1991 no período "quinquenal" e "subsequente" até a vigência do presente contrato.

"RAT - Risco Ambiental de Trabalho" (RAT + FAT) com a "redução das alíquotas de grau de risco, consoante anexo V do Decreto nº 3048/1999", com vigência a partir de "janeiro de 2008".

NÍVEL 2 - férias gozadas e reflexos.

NÍVEL 3 - horas extraordinárias, gratificação, adicional de insalubridade, adicional de periculosidade, 13º salário indenizado, salário-maternidade, auxílio-educacão e reflexos.

CONTRATANTE